

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO CAIXA GERAL - BRASIL - 2011

Apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco Caixa Geral

Brasil S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Banco Caixa Geral - Brasil, que iniciou suas operações em Abril de 2009, completou seu 2º ano integral de atividades bancárias em Dezembro de 2011.

O Banco Caixa Geral - Brasil registrou avanços consideráveis na consolidação dos seus negócios quando comparados ao exercício de 2010, e apresentou desempenho operacional e financeiro bastante satisfatórios.

A conjuntura favorável que o Brasil atravessa, as necessidades que ainda se apresentam nas áreas de Infra-Estrutura, Petróleo e Gás e Turismo, entre outras, a crescente internacionalização das Empresas Brasileiras e, a crescente evolução nas relações econômicas entre Brasil, Portugal e a África de Língua Portuguesa, permitiram a conquista de uma base de Clientes e a realização de um conjunto de transações de referência.

O futuro da Instituição será orientado para o contínuo avanço na consolidação dos relacionamentos com os Clientes nas áreas prioritárias de atuação, no desenvolvimento da oferta de produtos e serviços, respeitando as melhores práticas da atividade bancária e o exercício da responsabilidade social que lhe cabe.

1. FATOS RELEVANTES DE 2011

O Banco Caixa Geral - Brasil em conjunto com o Caixa-Banco de Investimento (Portugal) celebrou, em Junho de 2010, um acordo com o Grupo Banif com vista à aquisição de uma participação de 70% na Banif Corretora de Valores e Câmbio ("Banif CVC"). A transação foi realizada pela sua participada - a CGD Participações Financeiras Ltda., e através dela, o Banco Caixa Geral - Brasil detém 35% do capital da referida Corretora e, o Caixa - Banco Investimento, os demais 35%.

A transação foi aprovada pelas autoridades competentes em Agosto de 2011 e, fato subsequente, em Fevereiro de 2012, a transação foi devidamente formalizada e encontra-se apenas pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

2. DESEMPENHO
2.1 Resultado

O Banco Caixa Geral - Brasil apresentou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 um lucro líquido de R\$ 14,2 milhões, comparado com R\$ 11,1 milhões no exercício de 2010, apresentando um crescimento de 27,8%. Na obtenção desse resultado, destaca-se o crescimento de 26,7% das Receitas da Intermediação Financeira quando comparado com o exercício 2010, e o crescimento de 132,6% nas receitas obtidas com Operações de Crédito.

A despesa de provisão para crédito de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 17,9 milhões, tendo crescido 1068% quando comparado ao exercício 2010. As provisões para créditos de liquidação duvidosa representam 8,1% da carteira total de crédito em 2011, comparado a 1,14% em dezembro de 2010.

As despesas administrativas cresceram 18,79% em 2011 na comparação com 2010, sendo que as despesas de pessoal cresceram 23,56%, em linha com a consolidação do banco e de suas equipes.

2.2 Ativos e Passivos
2.2.1 Ativos Totais e Carteira de Crédito

Os ativos totais atingiram R\$ 1.223 milhões em 31 de Dezembro de 2011, os quais comparados a R\$ 721,3 milhões em dezembro de 2010, apresentam um crescimento de 69,6%. Em dezembro de 2011 os ativos totais estão representados principalmente por: R\$ 223,4 milhões de operações de crédito e R\$ 525,6 milhões de títulos e valores mobiliários, dos quais R\$ 412,9 milhões em títulos públicos federais.

Total Carteira de Crédito	dez-2010	dez-2011	Δ %	Δ Valor
Operações de Crédito	168.341	223.391	33%	55.050
Operações de Crédito	168.341	223.391	33%	55.050
Outros Créditos	1.523	2.306	51%	783
Cessão de Crédito	1.523	-	NA	-1.523
ACC	-	2.306	NA	2.306
TVM	99.086	112.737	14%	13.651
Debêntures	58.957	69.450	18%	10.493
Notas Promissórias	40.128	43.286	8%	3.158
Sub total da carteira de crédito	268.950	338.434	26%	69.484
Garantias, Avals e Fianças	197.845	317.110	60%	119.265
Locais	64.976	171.639	164%	106.663
Internacionais	130.069	144.652	11%	14.583
Carta de Crédito	2.800	819	-71%	-1.981
Total Carteira de Crédito	466.795	655.543	40%	188.749

2.2.2 Recursos de Terceiros

O Banco Caixa Geral - Brasil vem crescendo consistentemente a sua captação de recursos de terceiros, tendo encerrado o exercício de 2011 com um crescimento de 17,8% comparado a Dezembro de 2010, quando considerados captações no mercado aberto - R\$ 110,3 milhões, depósitos e letras financeiras - R\$ 192,8 milhões e repasses de instituições financeiras estrangeiras e oficiais - R\$ 14,2 milhões. Cabe destacar o total da captação realizado junto a Pessoas Físicas em 2011, a qual representa 18% do total de depósitos.

Total das Captações	dez/10	dez/11	Δ %	Δ Valor
Captações no Mercado Aberto	86.384	110.320	28%	23.936
Depósitos Totais	183.004	185.504	1%	2.500
Empréstimos no Exterior	-	4.219	NA	4.219
Letras Financeiras	-	7.316	NA	7.316
Repasses no País - BNDES	-	10.000	NA	10.000
Total	269.388	317.359	18%	47.971

2.2.3 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Caixa Geral - Brasil totalizou R\$ 418,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R\$ 413,9 milhões em dezembro de 2010. A evolução do patrimônio líquido é decorrente do resultado do exercício, reduzido parcialmente pelo ajuste negativo de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 0,18 milhões e pelos juros sobre o capital próprio de R\$ 9,5 milhões distribuídos ao acionista. Vale lembrar que o Banco Caixa Geral - Brasil recebeu de seu acionista - a Caixa Geral de Depósitos, uma capitalização de R\$ 277 milhões no decorrer do ano de 2010 e, que os resultados do ano de 2010 foram destinados à constituição de uma reserva de lucros.

2.2.4 Juros sobre Capital Próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, optou pela distribuição dos juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação média da TJLP, o que resultou na destinação aos acionistas de R\$ 9.577 (Imposto de Renda na Fonte de R\$ 1.436).

2.2.5 Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia II e considera: a) Risco de Crédito - parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, b) Risco de Mercado - parcela de exigência de capital para as exposições sujeitas a variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxa de juros não classificadas na carteira de negociação; e c) Risco Operacional - exigência de parcela específica de capital. O Banco Caixa Geral - Brasil, de acordo com a Circular Bacen 3.477/2009 divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) com maior detalhamento no endereço eletrônico www.bcgbrasil.com.br

O Banco Caixa Geral - Brasil continua bastante capitalizado, tendo encerrado o exercício 2011 com um Índice de Basileia II de 32,1%.

3. ESTRATÉGIA

O Banco Caixa Geral-Brasil é um banco múltiplo que opera com carteiras comerciais, de câmbio e de investimento, desde Abril de 2009.

Tendo como estratégia ser um banco de atacado e investimento, o BCG-Brasil, servindo-se da rede do Grupo CGD, apoia as ligações comerciais e de investimento que os seus clientes brasileiros tem estabelecidas na Europa ou em África e, apoia também os movimentos dos clientes do Grupo CGD presentes no Brasil.

A importância estratégica da presença no Brasil e a dimensão dos movimentos empresariais de e para o Brasil, está expressa no reforço do investimento que o Grupo decidiu realizar no país, tanto dotando o Banco de uma sólida base de capital, quanto efetuando a aquisição de uma corretora, importante ferramenta para sua atividade no mercado de capitais brasileiro e para o atendimento de seus clientes pessoas físicas e investidores institucionais.

Do ponto de vista estratégico-geográfico, o Banco procura atuar no triângulo Ibéria-Brasil-África, na medida em que considera este polígono geográfico como de elevado potencial de negócio, dada a posição de liderança mundial que as empresas brasileiras vêm conquistando, pela importância para Portugal e para as suas empresas que esses dois mercados representam (Brasil e África) e pelo fluxo de investimentos angolanos em Portugal e brasileiros em Angola e Moçambique. A exploração de corredores de negócio entre estes países e a China poderá constituir nova aposta do BCG-Brasil, já que a CGD é o grupo financeiro português com a maior presença nesse país.

O BCG-Brasil possui uma oferta integrada de serviços financeiros, a qual abrange financiamentos em moeda local e moeda estrangeira, garantias, derivativos, câmbio e aplicações financeiras e operações de banco de investimento. Como banco de investimento, o BCG-Brasil tem focado na assessoria a financiamento de projetos, a fusões e aquisições, a financiamentos estruturados e a operações de mercado de capitais, tanto em dívida quanto em ações.

O Banco Caixa Geral - Brasil iniciou uma atividade direcionada ao atendimento de Pessoas Físicas e Investidores Institucionais com uma oferta de produtos e serviços que engloba investimentos em renda fixa, serviços de corretagem, derivativos e câmbio.

O BANCO CAIXA GERAL - BRASIL Obteve os seguintes ratings relativos ao ano de 2010 e 1º Semestre de 2011:

- 5º colocado em Fusões e Aquisições Brasileiras no primeiro semestre de 2011 - ANBIMA.

- 6º colocado em Fusões e Aquisições Brasileiras de 2010 - ANBIMA.

- 5º colocado em Financiamento de Projetos-Estruturador de 2010 - ANBIMA.

- 47º no Ranking de Câmbio do Banco Central do Brasil para o ano de 2011 entre 153 instituições financeiras

- Destaque como 2º entre os 20 que mais cresceram em operações de crédito, entre os pequenos e médios bancos - Edição 2011 da Publicação "1000 Maiores Empresas" do Valor Econômico.

- Destaque como 3º entre os 20 que mais cresceram em depósitos totais, entre os pequenos e médios bancos - Edição 2011 da Publicação "1000 Maiores Empresas" do Valor Econômico.

- Assessoria na operação de aquisição de uma participação no capital da Oi pelo **Grupo Portugal Telecom** no montante global de cerca de BRL 8,3 Bilhões;

- Assessoria a Portugal Telecom na fusão da sua subsidiária **Dedic - GPTI** com a **Contax** e aquisição de participação na **CTX Participações**;

- Assessoria na aquisição por parte da **EDP-Energias do Brasil** dos direitos de exploração da Usina Hidroelétrica de Santo Antonio do Jari com 300 MW de capacidade instalada;

- Participação como Coordenador Contratado nas Ofertas Públicas de Distribuição de Ações da **Sonae Sierra** e da **EDP - Energias do Brasil**;

- Assessoria na operação de atração de capital para **Unidas** (segunda maior locadora de automóveis brasileira) num montante de BRL 300 milhões junto a 3 dos principais Fundos de Private Equity locais - Kinea, Gavea e Vinci - que serão sócios do Grupo SCG no Brasil.

- Participação como Coordenador Sub-Contratado na oferta pública de distribuição dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **BR Distribuidora** no montante de BRL 350 milhões.

- Assessoria à **GALP** na alienação de uma participação minoritária na holding Exploração & Produção no Brasil, no montante aproximado de Euro 2 bilhões.

- Financiamento do projeto **EMBRAPORT** - terminal portuário da Odebrecht/Dubai Port Authority/Coimex com Mandated Lead Arranger no montante de USD 330 milhões (BID B-Loan)

- Assessoria à estruturação financeira da concessão **AP05** - coleta e tratamento de esgotos na zona oeste do Município do Rio de Janeiro para a **Foz do Brasil** e a **Saneamento Ambiental Águas do Brasil**, no montante de BRL 84,2 milhões.

4. AGÊNCIAS DE RATING

Em Julho de 2011, o Banco Caixa Geral - Brasil foi pela primeira vez classificado por uma agência internacional de rating - a Fitch Ratings , a qual lhe atribuiu uma nota em escala nacional - AA-(bra).

Em função da deterioração do risco soberano de Portugal, considerando seus efeitos sobre o rating da Caixa Geral de Depósitos, em Novembro último, o Banco Caixa Geral - Brasil também teve o seu rating revisado para :

- Rating Nacional de Longo Prazo para A + (bra)

- Rating Nacional de Curto Prazo F1 (bra)

- Rating de Suporte 3

Desde 2010, a RISKbank também efetua análise e classificação do Banco Caixa Geral - Brasil .

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde Abril de 2009, o Banco Caixa Geral - Brasil possui um Conselho de Administração com 6 membros, sendo 2 deles membros independentes com vasta experiência na área financeira e corporativa e, apenas um membro desempenha também funções executivas. Além disso, o Conselho de Administração conta com o suporte de um Conselho Consultivo composto de 4 membros com inquestionável experiência de negócios em Portugal e no Brasil.

O Conselho de Administração dedica particular atenção à Gestão de Riscos, visando :

- assegurar que as políticas sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos e com a legislação pertinente;

- autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;

- garantir que a atuação do Banco Caixa Geral - Brasil seja consistente com o nível de tolerância a riscos, previamente aprovado pela Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos;

- manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

6. GESTÃO DE RISCOS

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é executada através da Diretoria Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios, tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Caixa Geral - Brasil e, mantendo intensa vinculação funcional com a Diretoria de Riscos do Grupo Caixa Geral de Depósitos. A Diretoria Executiva de Riscos se apoia na Gerência Executiva de Riscos de Crédito e na Gerência de Riscos de Mercado e Operacional.

A gestão de riscos no Banco Caixa Geral - Brasil está apoiada nos seguintes princípios:

- independência da função de riscos com relação às áreas de negócio;

- envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão;

- manutenção de um perfil de risco conservador e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado, os quais são monitorados face a critérios de concentração em clientes, setores, produtos, prazos - entre outros.

- Risco de Crédito

Risco de Crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Caixa Geral - Brasil.

O gerenciamento do risco de crédito busca, além do estabelecimento de limites, analisar exposições e tendências. O objetivo é manter um perfil de riscos adequado em função de diretrizes estabelecidas na sua política de riscos de crédito e, realizar um monitoramento eficiente dos mesmos.

- Risco de Mercado

Risco de Mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preços no mercado de ações e outros valores, associados ao tipo de produto, montante das operações, prazo, condições do contrato e à volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comité interno, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, entre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos nos diversos mercados onde atua.

- Risco Operacional e Controles Internos

O Banco Caixa Geral - Brasil adota o sistema de controle de riscos operacionais de sua matriz (SAS OP Risk), o qual permite o registro e monitoramento dos eventos de risco operacional. Além disso, é realizado regularmente o Comitê de Risco Operacional com participação da Alta Direção com os objetivos de definir as ações necessárias para a mitigação dos riscos e melhorar a cultura e as ferramentas de gestão dos referidos riscos. O Banco Caixa Geral - Brasil utiliza a Abordagem Padronizada Padrão para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional.

O Banco Caixa Geral - Brasil através da sua área de controles internos, vem atendendo satisfatoriamente os requisitos das autoridades de supervisão, bem como aqueles requeridos por sua Matriz e, investido no contínuo aperfeiçoamento das estruturas do Banco, nos seus três primeiros anos de atividades.

7. RECURSOS HUMANOS

Em dezembro de 2011, o Banco Caixa Geral - Brasil possuía 59 colaboradores, apresentando um crescimento de 22,9% quando comparado ao efetivo de dezembro de 2010. O Banco Caixa Geral - Brasil, que iniciou suas atividades em Abril de 2009, entende ter estruturado a sua equipe de base com executivos de grande experiência profissional em instituições financeiras no Brasil e no exterior, os quais estão contribuindo para o estabelecimento do Banco como uma instituição extremamente profissional e competitiva nos seus nichos de atuação. Em parceria com a CIEE, o BCG-Brasil conta com 16 Estagiários em dezembro de 2011, contribuindo assim, para a formação de novos profissionais no setor bancário.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

Ciente de sua responsabilidade para com a sociedade, o BCG - Brasil procurou apoiar projetos que incentivem uma sociedade mais solidária. Para tanto, buscou atuar em parceria com instituições e fundações com reconhecida experiência no campo social e cultural. As principais atividades de 2011 foram:

- Exposição Vieira da Silva - Instituto Tomie Ohtake

Em parceria com o Instituto Tomie Ohtake patrocinamos uma exposição em São Paulo sobre a ilustre artista portuguesa Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992), enfatizando a sua forte relação com a arte Moderna Brasileira e seus principais representantes.

- Projeto Quixote - Uma outra história

Este projeto cuida de jovens de alto risco no Centro de São Paulo, Cracolândia, Praça da Sé, República, procurando integrar esses jovens de alto risco à sociedade, trabalhando em questões como a violência, abandono, educação, saúde e abuso de drogas. O projeto é muito reconhecido no cenário nacional e é uma referência no setor, tendo sido premiado pela UNICEF, ABRINQ, Fundação SCHWAB, entre outros.

- Projeto de Educação Especial para Crianças e Adolescentes Cegos - Fundação Dorina Nowill

Apoiamos a produção e distribuição de livros infantis em Braille em tinta e em áudio para crianças com e sem deficiência visual, os quais serão entregues a 12.000 escolas e bibliotecas.

- Iniciação ao karatê-do para jovens com deficiência intelectual - Instituto Olga Kos

O objetivo deste projeto é o de oferecer arte, cultura e esporte para crianças e jovens com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual.

O Banco Caixa Geral - Brasil renovou seu compromisso para 2012 com as mesmas instituições acima mencionadas, procurando dar a elas consistência no apoio às suas iniciativas, tendo em vista a qualidade da prestação que elas agregam na melhoria da condição cultural e social do Brasil.

O BCG - Brasil participa ativamente dos esforços de sustentabilidade do Grupo CGD que possui equipes multidisciplinares para implementar seu Programa de Sustentabilidade, o qual assegurou à Caixa Geral de Depósitos os seguintes reconhecimentos:

- "The New Economy's Sustainable Finance Awards" - A CGD foi distinguida com Instituição Financeira mais Sustentável de Portugal em 2011 pela The New Economy.

- Responsabilidade climática em Portugal - índice ACEG 2011 líder do setor financeiro na resposta ao desafio das alterações climáticas e a uma economia de baixo carbono.

- Prêmio Desenvolvimento Sustentável - "Prêmio Destaque 2010/2011 - Maior subida face à Edição de 2009", pela Heidrick & Struggles e pelo Diário Econômico.

- Marca de Confiança na Atuação ambiental - Desde 2008, a CGD é reconhecida como o banco Português que tem mais iniciativas com vista à preservação do Planeta - Selecções Reader's Digest.

9. AGRADECIMENTO

A administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos o apoio recebido, quer através do reforço do seu património líquido, quer na disponibilidade de recursos para aquisições no Brasil.

Aos clientes que nos depositam confiança, manifestamos o nosso agradecimento.

Aos nossos funcionários agradecemos o compromisso e dedicação, sem os quais, qualquer projeto não se desenvolve nem cria valor.

Finalmente aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos, agradecemos a colaboração.

São Paulo, 10 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Ativo	805.587	309.444
Circulante	4.879	572
Disponibilidades	482	15.522
Aplicações em depósitos interfinanceiros	322	15.522
Aplicações em operações compromissadas	160	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	243.768	254.554
Carteira própria	239.807	248.652
Instrumentos financeiros derivativos	3.961	5.902
Relações Interfinanceiras	6	144
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	144
Operações de Crédito	101.191	26.589
Operações de crédito	102.576	26.723
Setor privado	102.576	26.723
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.385)	(134)
Outros Créditos	454.309	11.826
Carteira de câmbio	435.469	3.661
Rendas a receber	2.745	535
Diversos	16.106	7.630
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(11)	-
Outros Valores e Bens	952	237
Despesas antecipadas	952	237
Realizável a Longo Prazo	415.549	409.529
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	457	17.054
Aplicações em depósitos interfinanceiros	457	17.054
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	294.729	250.073
Carteira própria	108.995	72.715
Vinculados a compromissos de recompra	110.809	86.697
Vinculados à prestação de garantias	66.001	81.096
Instrumentos financeiros derivativos	8.924	9.565
Operações de Crédito	119.628	139.819
Operações de crédito	120.815	141.618
Setor privado	120.815	141.618
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.187)	(1.799)
Outros Créditos	663	2.583
Rendas a receber	16	-
Diversos	17.865	2.583
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(17.218)	-
Outros Valores e Bens	72	-
Despesas antecipadas	72	-
Permanente	2.312	2.346
Investimentos	37	17
Participação em controlada	37	17
Outros investimentos	2	2
Provisão para perdas	(2)	(2)
Imobilizado de Uso	2.087	2.000
Outras imobilizações de uso	3.977	72.71

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ nº 33.466.988/0001-38

www.bcgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") é uma instituição financeira autorizada a operar sob a forma de banco múltiplo através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento, tendo iniciado suas atividades em 1º de abril de 2009, como banco de atacado. O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. é o sucessor legal do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco Caixa Geral"), transformado em banco múltiplo em 3 de dezembro de 2008, tendo então a liquidação ordinária sido suspensa. Em 2 de junho de 2010, a CGD - Caixa Geral de Depósitos, passou a deter, nessa mesma forma, os restantes 50% da participação da CGD - Caixa Geral de Depósitos, S.A., em partes iguais, e celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 70% do capital social da Banif Corretora de Valores e Bônus S.A. ("Banif CVC"). Em 26 de agosto de 2011 foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro que aprova a participação estrangeira no capital social da Banif CVC. O pagamento foi dividido em 2 parcelas, sendo a primeira parcela liquidada em 9 de fevereiro de 2011 e a segunda parcela a liquidar em 1 de março de 2012. Dessa forma, o Banco passou a deter, através da sua controlada - a CGD Participações em Instituições Financeiras Ltda., 35% do capital da referida Corretora e, o Caixa Banco de Investimento, S.A., os demais 35%. Em 12 de julho de 2010, o Banco Caixa Geral - Brasil S.A. celebrou contrato de compra e venda de quotas com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Caixa Geral - Participações, SGRPS, S.A., para aquisição de 588.822 quotas, livres de ônus e encargos, equivalente a 50% da participação no total das quotas representativas do capital social da CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda., com efeitos a partir de 1º de junho de 2010. A Caixa Banco de Investimento S.A. passou a deter, nessa mesma forma, os restantes 50% da participação da CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. Em 30 de agosto de 2010, o Banco aumentou a participação no capital social da CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda., por meio de aporte de R\$ 50, totalmente integralizado, livres de ônus e encargos, no valor de R\$ 1 cada, conforme alteração do contrato social da CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. Registrado na Junta Comercial de São Paulo sob o número 326.113/10-1.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a impressões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2012; e) CPC 23 - Registro contábil e avaliação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2012; f) CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologada pela Resolução CMN nº 3.937/11; e g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologada pela Resolução CMN nº 3.823/09. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a utilização dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva. A administração da Caixa Geral de Depósitos aprovou em 02 de fevereiro de 2012 a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas são contabilizadas em conta de câmbio atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos juros e dividendos, desde que os valores de ajuste diários são contabilizados em conta de patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, e são transferidos para o resultado do semestre e do exercício em que houver a efetiva alienação. Os "títulos mantidos até o vencimento" são avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços. A classificação nesta categoria está condicionada à capacidade financeira do Banco em mantê-los até o resgate, cuja decisão da Administração, desconscia a possibilidade de venda destes títulos. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante e são avaliados pelo menor valor de mercado. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082 do BACEN, de 30 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, swaps e opções são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios: **a)** Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de flutuação dos contratos até a efetivação da operação econômica, os riscos específicos em relação à operação econômica. Além disso, o custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício, conforme o caso. **b)** Operações de swaps: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras; **c)** Opções: nas operações com opções são registrados, na data da operação, os valores dos prêmios pagos ou recebidos na adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, nela permanecendo efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base no custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício, conforme o caso. **e)** Os instrumentos financeiros derivativos registrados no Banco são avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando a valorização ou a desvalorização no resultado do semestre e do exercício. **f)** Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação econômica, a existência de garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" não recebem esta classificação por seis meses após a data da operação, após o que são classificadas e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras coisas, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. **g) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável. **h) Investimentos:** O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. **i) Imobilizado:** é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. **j) Intangível:** Está demonstrado pelo custo de aquisição de softwares e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso. **k) Valor de recuperação dos ativos não monetários:** Os ativos não monetários são avaliados pelo menor valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **l) Ativos e provisão para riscos legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios contidos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: **a)** Operações de crédito: não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **b)** Provisão para riscos legais - não reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **c)** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação. **d)** Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. **m) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à liquida-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda, após o cancelamento de créditos tributários, às taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. **n) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acervos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Disponibilidades	4.879	572
Operações compromissadas	5.039	572
Total	9.918	1.144

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2011			2010		
	Até 3 meses	Acima de 3 meses	Total	Até 3 meses	Acima de 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	322	457	779	15.522	17.054	32.576
Aplicações em operações compromissadas	160	-	160	-	-	-
Total	482	457	939	15.522	17.054	32.576

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações em depósitos interfinanceiros apresentam, na data de aquisição, prazo de vencimento superior a noventa dias.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011			2010		
	Valor na curva	Valor contábil/mercado	Valor na curva	Valor contábil/mercado	Valor na curva	Valor contábil/mercado
Títulos para negociação:						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	65.698	65.652	47.323	47.345		
Notas do tesouro nacional - NTN	104.852	104.838	161.260	161.179		
Total de títulos para negociação	170.550	170.490	208.583	208.524		
Títulos disponíveis para venda:						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	136.379	136.245	-	-		
Letras financeiras do tesouro - LFT (*)	1.351	1.351	1.210	1.210		
Notas do tesouro nacional - NTN	104.957	104.790	180.225	180.341		
Debêntures	69.450	69.450	58.957	58.957		
Notas promissórias	43.286	43.286	40.127	40.128		
Total de títulos disponíveis para venda	355.072	355.072	280.519	280.526		
Total de títulos e valores mobiliários	525.973	525.612	489.102	489.160		

(*) Títulos bloqueados em garantia conforme Nota 18. a).

b) Composição por prazo de vencimento:

	2011		2010	
	Valor na curva	Valor contábil/mercado	Valor na curva	Valor contábil/mercado
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional - LTN:				
De 3 a 12 meses	-	-	47.323	47.345
De 1 a 3 meses	65.698	65.652	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN:				
Até 3 meses	104.852	104.838	-	-
De 3 a 5 anos	-	-	161.260	161.179
Total de títulos públicos	170.550	170.490	208.583	208.524
Títulos disponíveis para venda:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT:				
De 1 a 3 anos	1.351	1.351	-	-
De 3 a 5 anos	-	-	1.210	1.210
Letras do Tesouro Nacional - LTN:				
De 1 a 3 anos	136.379	136.245	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN:				
De 1 a 3 anos	104.957	104.790	180.225	180.341
De 3 a 5 anos	242.687	242.386	181.435	181.551
Debêntures:				
De 3 a 12 meses	26.031	26.031	-	-
De 3 a 5 anos	43.419	43.419	58.957	58.957
Total Debêntures	69.450	69.450	58.957	58.957
Notas Promissórias:				
De 3 a 12 meses	43.286	43.286	40.127	40.128
Total de títulos privados	112.736	112.736	89.084	89.085
Circulante (*)	239.867	239.807	87.450	87.473
Realizável a longo prazo	286.106	285.805	401.652	401.687

(*) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. Para os títulos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para os títulos que não possuem preços de mercado divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação. Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" em 31 de dezembro de 2011, resultaram em ajuste positivo no montante de R\$ 300 (R\$ 118 em 2010) impactando o patrimônio líquido do Banco em R\$ 180 (R\$ 69 em 2010), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

	2011		2010	
	Valor contábil/mercado	Valor na curva	Valor contábil/mercado	Valor na curva
Swap - diferencial a receber	12.885	1.370	8.680	3.957
Swap - diferencial a pagar	(5.916)	(5.989)	(8.869)	(5.120)
Total Swap	(4.031)	(4.613)	(1.889)	(1.163)
NDF - a receber	-	-	6.787	6.438
Total NDF	-	-	6.787	6.438
Total líquido	(4.031)	(4.613)	6.598	5.275

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "Swap", "Non Deliverables Forward - NDF" e futuros, sendo registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. A seguir, demonstramos os valores registrados em conta de ativo e compensação, segregados nas categorias: indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil a receber:

	2011			
	Valor de referência	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de curva total
Swap				
Indexador				
Posição ativa:				
Pós-fixados - CDI	327.778	278.779	82.535	361.314
Moeda estrangeira - Dólar	137.745	-	138.008	138.008
Pós-fixados - Libor	186.678	22.585	162.198	184.783
Pós-fixado - IPCA	280.340	249.410	59.000	308.410
Subtotal	932.541	550.774	441.741	992.515
Posição Passiva:				
Pós-fixados - CDI	(302.873)	(269.907)	(54.776)	(324.683)
Moeda estrangeira - Dólar	(165.533)	(1.394)	(166.756)	(168.150)
Moeda estrangeira - Euro	(10.657)	(10.584)	-	(10.584)
Pós-fixados - Libor	(186.678)	(22.585)	(162.199)	(184.784)
Pós-fixados - IPCA	(266.800)	(249.343)	(59.002)	(308.345)
Subtotal	(932.541)	(553.813)	(442.733)	(996.546)
Total a pagar	-	(3.039)	(992)	(4.031)

	2010			
	Valor de referência	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de curva total
Swap				
Indexador				
Posição ativa:				
Pós-fixados - CDI	178.133	-	183.649	183.676
Moeda estrangeira - Dólar	798.597	6.010	635.023	641.033
Pós-fixado - Libor	798.597	-	651.890	660.746
Subtotal	1.758.885	6.010	1.470.562	1.470.479
Posição Passiva:				
Pós-fixados - CDI	28.625	(6.090)	(23.252)	(29.342)
Moeda estrangeira - Dólar	776.063	-	(635.577)	(641.268)
Moeda estrangeira - Euro	798.597	-	(650.701)	(650.491)
Pós-fixados - Libor	155.600	-	(161.141)	(161.389)
Subtotal	1.758.885	(6.090)	(1.470.671)	(1.491.642)
Total a receber (pagar)	-	(80)	(109)	(189)

	2010				
	Valor de referência	De 90 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de curva
NDF					
Posição					
Comprada	67.386	28.820	11.527	31.860	73.823
Vendida	73.824	26.445	9.863	29.112	67.385
Total a receber	-	2.375	1.664	2.748	6.438

	2010				
	Valor de referência	De 30 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor de curva
Futuros					
Mercadoria					
Posição					
DDI Comprada	-	-	9.207	17.527	26.734
D11 Comprada	-	-	975	2.835	130.915
DOL Comprada	-	4.230	-	-	4.230
D11 Vendida	116.505	-	-	65.694	182.199
EUR Vendida	-	5.592	-	-	5.592
Total	116.505	9.822	975	17.042	214.136

	2010				
	Valor de referência	De 30 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor de curva
Futuros					
Mercadoria					
Posição					
Comprada	44.868	1.658	11.564	17.204	32.621
D11 Comprada	-	-	-	5.886	5.886
D11 Vendida	-	-	18.009	64.670	34.293
DOL Vendida	44.571	5.439	-	-	50.010
Total	89.439	7.097	29.573	81.874	72.800

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais)

(i) Referem-se, principalmente, a atuações sofridas pelo não-recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos exercícios de 1997 e 1998, cujas bases de cálculo, utilizadas para recolhimento desse tributo, estão sendo questionadas pela Receita Federal do Brasil - RFB. (ii) Referem-se, principalmente, a processo de compensação de PIS repique dos anos de 1995 a 2002. (iii) Referem-se, principalmente, a auto de infração por atraso na entrega de declarações e falta de informação de Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). Em 30 de setembro de 2009, foi requerido pelo Banco a desistência da impugnação e a extinção da exigência fiscal em adesão ao REFIIS, sendo homologado pela Secretaria da Receita Federal em 2 de dezembro de 2011 (Nota 18.d). (iv) Referem-se a processo de imposto sobre Operações Financeiras - IOF que foi julgado favorável ao Banco, por decadência de todo o período de autuação, atualmente os autos aguardam acórdão com recurso da Procuradoria da Fazenda. Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é possível. (v) Referem-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.351 (R\$ 1.210 em 2010), registrado em títulos e valores mobiliários, no ativo realizável a longo prazo, na rubrica de vinculados à prestação de garantia. Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota. (vi) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	Obrigações legais e Provisão para riscos fiscais	Provisão para riscos trabalhistas	Provisão para riscos cíveis	Sucumbências cíveis	Total
Saldo em 31/12/2009	3.996	111	1.155	1.221	6.483
Constituição	64	-	-	-	64
Baixas (*)	(146)	-	-	(4)	(150)
Saldo em 31/12/2010	3.914	111	1.155	1.217	6.397
Constituição	82	-	-	3	85
Baixas (**)	(2.118)	(111)	(1.045)	(1.038)	(4.312)
Saldo em 31/12/2011	1.878	-	110	182	2.170

(*) Em 2011, o processo de contribuição social referente ao exercício de 1993 foi julgado favorável ao Banco, transitado em julgado em 31 de maio de 2011, não cabendo mais qualquer recurso, sendo que a provisão anteriormente constituída, no montante de R\$ 111 foi revertida para o resultado do primeiro semestre de 2011. Em 2010, o Banco quitou o auto de infração referente à CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira) incidente em operações de ACC (Adiantamento sobre contrato de câmbio) no valor de R\$ 146. (***) Devido a julgamentos favoráveis ocorridos no primeiro semestre de 2011 e consequente reequilíbrio pelos assessores jurídicos do Banco, para risco de perda remota, a Administração reverteu às provisões anteriormente constituídas, sendo R\$ 2.942 em contrapartida ao resultado do exercício (nota 28.a) e R\$ 97 em contrapartida, a depósitos judiciais compõe o saldo de movimentação, o montante de R\$ 1.273 explicado na nota 18.d. d) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é o seguinte:

	2011		2010	
	Obrigações legais e Provisão para riscos fiscais	Provisão para riscos Cíveis e sucumbências	Valor em risco	Valor em risco
Perdas				
Prováveis	354	354	-	-
Possíveis	2.978	1.524	1.307	290
Remotas	1.468	-	2	2
Total	4.800	1.878	1.309	292
Quantidade	7		6	

	2011		2010	
	Obrigações legais e Provisão para riscos fiscais	Provisão para riscos trabalhistas	Provisão para riscos cíveis e sucumbências	Valor em risco
Perdas				
Prováveis	341	341	-	840
Possíveis	2.922	1.470	31	1.532
Remotas	3.722	2.103	133	80
Total	6.985	3.914	164	2.372
Quantidade	8	4	6	6

d) Adesão ao programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei nº 11.941/2009). Em 30 de setembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais (REFIS), estabelecido na Lei nº 11.941/09, tendo sido incluídos nos programas os seguintes débitos:

Tributos federais	Principal	Multa e juros	Valor total	Valores pagos
CPMF	998	1.091	2.089	1.273

O referido REFIIS foi homologado pela Secretaria da Receita Federal e a provisão e o depósito judicial anteriormente constituída foram revertidas, no montante de R\$ 1.273.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2011		2010	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação	8.315	15.002	15.585	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(3.326)	(6.001)	(6.234)	
Efeito das adições e exclusões na apuração do imposto:				
Despesas com gratificações e benefícios	(1.179)	(1.587)	160	
Provisões constituídas em exercícios anteriores (*)	829	2.535	1.566	
Juros sobre capital próprio (nota 20)	3.831	3.831	-	
Incentivo fiscal e PAT	327	327	-	
Base negativa de exercícios anteriores	18	83	-	
Outros	500	30	45	
Imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	500	(782)	(4.463)	

(*) Referem-se, basicamente, as provisões para contingências, cíveis e fiscais, referente ao Banco Caixa Geral (nota 19.c), que não foram constituídos créditos tributários anteriormente por não ter atendido as exigências da Resolução CN nº 3.059. b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias:

A Administração do Banco efetuou o reconhecimento de créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 14.794 (R\$ 6.122 em 2010), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.059. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2011	2010
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	4.410	3.259
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.921	773
Provisão para Risco de Crédito de garantias e fianças prestadas	559	-
Provisão para contingências fiscais	1.411	1.566
Outras	493	524
Saldo no exercício	14.794	6.122

	2011	2010
Créditos Tributários		
Saldo em 31 de dezembro 2009	-	2.000
Constituição Líquida da realização	1.566	1.259
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.566	3.259
Constituição Líquida da realização	(155)	1.151
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.411	4.410

	2011	2010
Composição dos créditos tributários		
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	4.410	3.259
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.921	773
Provisão para Risco de Crédito de garantias e fianças prestadas	559	-
Provisão para contingências fiscais	1.411	1.566
Outras	493	524
Saldo no exercício	14.794	6.122

	2011	2010
Composição dos créditos tributários		
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	4.410	3.259
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.921	773
Provisão para Risco de Crédito de garantias e fianças prestadas	559	-
Provisão para contingências fiscais	1.411	1.566
Outras	493	524
Saldo no exercício	14.794	6.122

A Diretoria
 A Diretoria
 A Diretoria

Composição obrigações diferidas
 Ajustes de marcação a mercado de derivativos (*)
 (*) Provisão para impostos e contribuições diferidos foi apurada pelo resultado da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos futuros no exercício de 2011 (Nota 17.b).

Obrigações diferidas Movimentação
 Saldo em 31 de dezembro de 2009
 Constituição (741)
 Saldo em 31 de dezembro de 2010 (741)
 Realização líquida da constituição 581
 Saldo em 31 de dezembro de 2011 (160)

c) Créditos tributários não registrados: O Banco apresenta créditos tributários de diferenças temporárias oriundas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para perdas em ativo permanente no montante de R\$ 387(R\$ 4.216 em 2010) do Banco Caixa Geral Português. Estas diferenças temporárias serão reconhecidas quando efetivamente realizadas. **d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:** Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são as seguintes:

	2011	2010
Despesas antecipadas - comissão diferida	847	-
Câmbio comprado	9.585	-
Outros créditos	53	-
Câmbio vendido	(9.611)	-
Outras obrigações	(173)	-
Títulos e crédito a receber - créditos sub-rogados	-	-
Valores a receber por prestação de serviços	-	2
Outros créditos a receber	-	930
Valores a pagar - serviços prestados	-	(33)
Obrigações por empréstimo no exterior	-	-
Saldos em moeda estrangeira	4.122	-
Depósito à vista	(5)	-
Depósito a prazo	(52)	-
Receita prestação de serviços	32	1.825
Receita comissão estruturação operação	-	30
Despesas juros, comissão e captação	(13)	-
Total	4.785	1.825

	2011	2010
Despesas antecipadas - comissão diferida	847	-
Câmbio comprado	9.585	-
Outros créditos	53	-
Câmbio vendido	(9.611)	-
Outras obrigações	(173)	-
Títulos e crédito a receber - créditos sub-rogados	-	-
Valores a receber por prestação de serviços	-	2
Outros créditos a receber	-	930
Valores a pagar - serviços prestados	-	(33)
Obrigações por empréstimo no exterior	-	-
Saldos em moeda estrangeira	4.122	-
Depósito à vista	(5)	-
Depósito a prazo	(52)	-
Receita prestação de serviços	32	1.825
Receita comissão estruturação operação	-	30
Despesas juros, comissão e captação	(13)	-
Total	4.785	1.825

Em 2011, para além das transações mencionadas anteriormente, o Banco assinou em 28 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos, contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 29.d).

22. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido equivalente a no mínimo de 11% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de riscos, acrescidos de percentuais sobre riscos de crédito de *swap*, sobre as exposições em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

a) Índice da Basileia

	2011	2010
Descrição	Valor destacado	Risco
Parcela de risco de crédito - PEPR	136.876	78.204
Parcela de risco operacional - PJUR	1.076	2.160
Parcela de risco operacional - PACS	-	-
Parcela de risco operacional - POPR	4.888	2.743
Patrimônio de referência exigido - PRE	142.840	83.107
Patrimônio de referência para limite de compatibilização do PR com PRE	417.791	413.153
Fator de risco - 11% sobre PR	-	45.447
Índice da Basileia (% fator de risco/PRE)	32,17%	54,68%

b) Limites de imobilização

	2011	2010
Descrição	Valor destacado	Risco
Limite de 50% do PR	208.895	206.576
Situação	1.674	2.791
Margem	207.221	203.785
Índice de imobilização	0,80%	1,35%

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo em 19 de maio de 2011. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas. Em razão disso, a Administração deliberou sobre a constituição de provisão no montante de R\$ 12.274 (R\$ 8.415 em 2010), a ser efetivamente liquidada em 2012. A referida provisão foi registrada como "Despesas de pessoal".

24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2011 foi prevista em Assembleia Geral Ordinária de 25 de agosto de 2011, sendo fixada no montante de R\$ 5.700, no que inclui salários, encargos e benefícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 3.069 (R\$ 1.148 em 2010).

25. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 2011 e 2010, as receitas de prestação de serviços estão representadas principalmente por comissão de assessoria em estruturação de operações.

	2011	2010
2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissão de estruturação e assessoria em operações	9.494	16.561
Rendas garantias prestadas	1.835	3.507
Outras	124	162
Total	11.454	20.230

	2011	2010
Crédito Tributário		
1º ano	-	847
2º ano	-	12.819
3º ano	-	229
4º ano	-	-
5º ano	-	1.746
Total	-	14.794

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários totalizava R\$ 13.324.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, em 2011 e 2010, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior. A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2010, deliberou sobre o aumento de capital social, no montante de R\$ 277.000, através da emissão de 743.170 ações ordinárias, sem valor nominal, em 2 (duas) parcelas, no montante de R\$ 138.500, sendo a primeira parcela integralizada em 10 de fevereiro de 2010 e a segunda em 8 de julho de 2010. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2010. Conforme previsto no Estatuto Social, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, o Banco, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, optou pela distribuição dos juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação média da TJLP, o que resultou na destinação aos acionistas de R\$ 9.577 (Imposto de Renda na Fonte de R\$ 1.436). Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício em R\$3.831.

	2011	2010
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Caixa Banco de Investimento	Caixa Geral de Depósitos - New York
847	-	847
9.585	-	9.585
53	-	53
(9.611)	-	(9.611)
(173)	-	(173)
-	17.218	17.218
-	2.161	2.163
-	930	930
-	(33)	(33)
-	-	(4.219)
4.122	-	4.122
(5)	-	(48)
(52)	(6.019)	(7.000)
32	-	1.887
1.825	30	1.887
-	-	2.161
-	(298)	(395)
(13)	-	(10)
4.785	1.825	17.487

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Estão assim representadas:

	2011	2010
2º Semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	2.732	5.373
Aluguel	1.420	2.363
Serviços técnicos especializados	1.021	1.877
Depreciação e amortização	412	815
Serviços do sistema financeiro	322	627
Viagens	562	866
Promoções e relações públicas	235	496
Seguros	161	372
Manutenção e conservação de bens	224	395
Comunicação	202	359
Publicação	171	427
Vigilância e segurança	133	265
Serviço de terceiros	114	191
Transportes	65	120
Outras	981	1.310
Total	8.755	15.856

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Estão representadas por:

	2011	2010
2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas Cofins	1.831	3.833
Despesas impostos s/serviços prestados	481	836
Despesas PIS	298	623
Despesas IOF	4	8
Outras	256	306
Total	2.870	5.606

28. OUTRAS RECEITAS (DESP